

Educação para a justiça ambiental: As pesquisas e a metodologia das pesquisas do Observatório dos Conflitos/Brasil

***EDUCATION FOR ENVIRONMENTAL JUSTICE:
THE INVESTIGATIONS AND THE RESEARCH METHODOLOGY OF THE
OBSERVATORIO DE CONFLICTOS/BRAZIL***

***EDUCACIÓN PARA LA JUSTICIA AMBIENTAL:
LAS INVESTIGACIONES Y LA METODOLOGÍA DE INVESTIGACIÓN DEL
OBSERVATORIO DE CONFLICTOS/BRAZIL
PREFERENCIAS CARLOS ROBERTO SILVA MACHADO***

Carlos Roberto Silva Machado, * Alexandre Silva da Silva, Horácio Rodrigo Souza Rodrigues, Vinicius Waltzer Rocha, Guilherme dos Santos Serafim, Raissa Silveira Garcia, Jean Carlo Rodrigues y Pedro Bertuol Maurer *¹

carlosmachado2004furg@gmail.com

Resumo

Este trabalho apresenta uma primeira reflexão de uma pesquisa macro que desenvolvemos no Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil e Leste do Uruguai, iniciada no ano de 2021 e que se estenderá até 2024. Partimos de conflitos como indicadores da existência de problemas relacionados a injustiças sociais, ambientais e urbanas em nossas pesquisas e ações na extensão, e, a partir disso, defenderemos a tese da pertinência de tal ponto de partida para: identificar temas de pesquisa e ações de extensão, de atores/grupos/coletivos em conflito, e defender a necessidade de uma educação para a justiça ambiental. Portanto, seu olhar e perspectiva - das/os pesquisadoras/es envolvidas/os - deverá ser o de se posicionar ao lado, com e desde as lutas dos injustiçados. Nesta reflexão, apresentamos objetivos gerais da pesquisa e alguns avanços em conexão com pesquisas específicas dos envolvidos.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Conflitos, Observatório, Brasil e Uruguay

Abstract

This work presents a first reflection of a macro research that we developed at the Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil e Leste do Uruguay, which began in 2021 and will last until 2024. We start with conflicts as indicators of the existence

¹* Universidade Federal do Rio Grande

of problems related to social injustice, environmental and urban in our research and extension actions, and, based on this, we will defend the thesis of the pertinence of such a starting point for: identifying research themes and extension actions, of actors/groups/collectives in conflict, and defend the need for an education for environmental justice. Therefore, its view and perspective - of the researchers involved - must be to position itself alongside, with and from the struggles of the wronged. In this reflection, we present the general objectives of the research and some advances in relation to the specific researches of those involved.

Keywords: *Environmental Education, Conflicts, Observatory, Brazil and Uruguay*

Resumen

Este trabajo presenta una primera reflexión de una macro investigación que desarrollamos en el Observatorio de los Conflictos del Extremo Sur de Brasil y Este de Uruguay, que comenzó en 2021 y se prolongará hasta 2024. Partimos de los conflictos como indicadores de la existencia de problemas relacionados con las injusticias sociales, ambientales y urbanas en nuestras acciones de investigación y extensión, y, a partir de ello, defenderemos la tesis de la pertinencia de tal punto de partida para: identificar temas de investigación y acciones de extensión, de actores/grupos/colectivos en conflicto, y defender la necesidad de una educación para la justicia ambiental. Por lo tanto, su mirada y perspectiva - de los investigadores involucrados - debe ser posicionarse al lado, con y desde las luchas de los explotados. En esta reflexión, presentamos objetivos generales de investigación y algunos avances en relación con investigaciones específicas de los involucrados.

Palabras-clave: Educación Ambiental, Conflictos, Observatorio, Brasil y Uruguay

Introdução

Estamos vivendo num mundo assolado por catástrofes pandêmicas, climáticas e ambientais que estão gerando/criando doenças, fome, exploração, miséria, destruição ambiental, poluição e contaminação, com a perda de milhões de vidas humanas! Mas, por outro lado, identificamos que a preocupação central dos ricos e poderosos do mundo, e, no Brasil, dos empresários e seus organismos internacionais – ver manifestações do Fórum Econômico Mundial 2022 - é de brigarem uns com os outros para saber quem vai governar o mundo, quem vai vencer na competição ou lucrar mais e mais. Uns, inclusive, investem em construir alternativas para fugir do Planeta, diante da devastação e fim da vida em decorrência das catástrofes, climática ou nuclear². Nesse meio tempo, buscam ganhar dinheiro com tecnologias, mas também com doenças, com a exploração da natureza, dos humanos e dos animais de forma acelerada!

² “Noam Chomsky discorreu em uma [entrevista concedida ao News Stateman](https://societificacom.br/noam-chomsky/) sobre a [catástrofe climática](#) e a grande ameaça de uma guerra nuclear iminente que representa o ponto mais perigoso da humanidade”, in: <<https://societificacom.br/noam-chomsky/>> acesso 22/05/2022.

A catástrofe climática é evidenciada pelos recentes eventos extremos³, de chuvaradas⁴, de ciclones⁵, das secas, dentre outros, que vêm acontecendo de forma mais recorrente e cada vez mais devastadora (Machado et al., 2021; Latour, 2021, Camargo, 2018). Já a catástrofe pandêmica via Covid-19 oficialmente teria matado em torno de 6 milhões e 300 mil pessoas. No entanto, a OMS (Organização Mundial da Saúde) diz ser, talvez, mais de 15 milhões⁶, sendo que, no Brasil, a pandemia teria ceifado a vida de 275 mil de excesso de mortes em 2020 e 510 mil em 2021⁷.

Em pesquisa que realizamos na cidade do Rio Grande (entre 2020/2021), até setembro de 2021, dos 479 mortos, a grande maioria seriam pessoas acima de 50 anos, sendo apenas 72 pessoas abaixo dessa idade. São principalmente idosos (acima de 60 anos), com comorbidade e na linha de “frente” de atividades ao “funcionamento da sociedade” as principais vítimas⁸. Podemos dizer que estamos vivendo o que Merril Singer chamou de Sindemia (Horton, 2020), ou seja, o quadro epidêmico que se entrelaça com outras mazelas ligadas a distribuição de riqueza, classe, raça e gênero. Percebemos essa injustiça pandêmica em nossas pesquisas, já que são os pobres, sem habitação, sem renda fixa, aqueles que possuem comorbidades e dependem do sistema básico de saúde que morrem mais cedo devido ao agravamento que se dá pelas injustiças sociais, urbanas e ambientais a que estão submetidos e sofrendo há mais de 500 anos.

No momento, apesar da redução das contaminações e das mortes, somos bombardeados pelas notícias todos os dias com doenças emergentes, como zika, varíola, pneumonia e outras; e pela realidade de sofrimento de 33 milhões de brasileiros/as (1/4 da população do país!) que passam fome⁹, outros 55 milhões em situação de insegurança alimentar (não sabem se na semana que vem vão ter o que comer!), milhões desempregados e/ou precarizados¹⁰, outros milhares vivendo no descaso dos governos, quando não assassinados ao lutarem ou denunciarem as atrocidades de mineradores, desmatadores, do agronegócio, do uso ilegal de terras indígenas, ribeirinhos, quilombolas etc.

No núcleo destas questões estaria a injustiça ambiental. Ou seja, no centro

³<https://climainfo.org.br/2022/05/19/mudanca-climatica-aumentou-em-100-vezes-risco-de-ondas-de-calor-extremo-na-india/>, acesso 22/05/2022.

⁴ <https://www.ecodebate.com.br/2021/06/07/mudancas-climaticas-aumentam-chuvas-extremas-e-a-chance-de-inundacoes/>, acesso 22/05/2022.

⁵ <https://ciclovivo.com.br/planeta/crise-climatica/pesquisa-aponta-relacao-entre-mudancas-climaticas-ciclone-e-estiagem-no-sul-do-brasil/>, acesso 22/05/2022.

⁶ <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61332581>, acesso em 22/05/2022.

⁷ <https://www.conass.org.br/indicadores-de-obitos-por-causas-naturais/>, acesso 22/05/2022.

⁸ <https://observatorioconflictosextremaul.furg.br/images/JornalECO novembro21 fonte.pdf>, ver mais detalhes, in: acesso 22/05/2022.

⁹<https://jornal.usp.br/atualidades/brasil-tem-55-milhoes-de-pessoas-abaixo-da-linha-da-pobreza/>, acesso 22/05/2022; “Considerando os indicadores de pobreza (US\$5,50/dia) e extrema pobreza (US\$1,90/dia) pelas linhas do Banco Mundial”, por exemplo, in: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/32418-sintese-de-indicadores-sociais-em-2020-sem-programas-sociais-32-1-da-populacao-do-pais-estariam-em-situacao-de-pobreza>, acesso 22/05/2022.

¹⁰ São em torno de 11.9 milhões (<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>) de uma população economicamente ativa de menos da metade de sua população (em torno de 210 milhões), ou seja, a metade da população brasileira vive de forma precária, sem registro de trabalho, na miséria, na fome, precarizada.

das relações de exploração humana, da transformação do planeta e das atuais pandemias está o sistema de produzir, o modo de explorar, de usar, de consumir e descartar coisas decorrentes da transformação da natureza pelo trabalho. Tal sistema, chamado capitalismo, tem no lucro sem fim sua finalidade - pelos capitalistas e seus serviçais - e criou uma forma de produzir em que os benefícios são apropriados privadamente, por uns poucos, e os malefícios jogados sobre as pessoas e a natureza (rios, oceanos, o ar e nos alimentos). O capitalismo e seu modo de produzir subordinou o desenvolvimento e a exploração da natureza, assim como dos humanos e dos animais, à busca de lucro e riqueza sem fim, colocando em risco a própria vida na Terra ao alterar o clima nos últimos 200 anos de forma avassaladora¹¹. Os ditos eventos climáticos extremos já estão à vista de todos e todas!

Nas pesquisas e ações de extensão que desenvolvemos no extremo sul do Brasil e leste do Uruguai, visamos, no local e no regional, identificar problemas via o mapeamento de conflitos para - **junto, com e desde** os próprios impactados - ampliar as forças de pressão aos causadores no local daqueles impactos globais. Nosso ponto de partida de tais ações é o mapeamento dos conflitos, os quais indicam problemas em que grupos, coletivos, população das periferias, trabalhadores/as, precarizados/as, empregados/as e desempregados/as estão sofrendo/vivendo. Portanto, são eles e elas, no local ou no regional, que vivem a injusta e desigual distribuição da riqueza decorrente da transformação da natureza, assim como são sobre eles e elas que são jogados os impactos negativos - as externalidades. Os conflitos também indicam que há/existe/está configurado uma desigual apropriação e uso das terras e, que estas são usadas para produzir *commodities* com venenos, os quais contaminam pessoas, alimentos, águas, animais, etc. e que os espaços de poder (instituições estatais, universidades, igrejas, templos, forças armadas etc.), quando geridos por liberais, neoliberais, privatistas, direita e extrema direita, são usados em benefício dos ricos e poderosos!

Nossas pesquisas, através dos mapeamentos e reflexões, ações cidadãs, via extensão ou denúncias públicas, assessorias etc., buscam ir na contramão das pesquisas acadêmicas feitas ou financiadas pelos causadores das injustiças ambientais. Ou seja, como os conflitos sociais, urbanos e ambientais já faziam parte das “reflexiones en las ciencias sociales en diferentes áreas del conocimiento, y perspectivas teóricas y prácticas” (Taks, 2013; Soto, 2013; Zhouri & Samora, 2013, In: Machado et al., 2013) a partir de Acsehrad (2009), ao refletir sobre a injustiça ambiental, começamos, desde nossas pesquisas, a ponderar sobre a necessidade de **uma educação para a justiça ambiental**. Isto porque, ao existirem injustiças, das quais alguns se beneficiam enquanto outros são prejudicados, e ao persistirem é porque elas se produzem e se re-produzem (Lefebvre, 1973; 2013) via relações entre humanos e destes com a natureza, incluindo as explicações destas mesmas relações na sustentabilidade do sistema hegemônico existente; exigindo, portanto, não somente a superação das relações de exploração e de injustiças, assim como das explicações e justificações de sua existência e persistência.

¹¹ <https://www.un.org/es/climatechange/reports>, acesso 14/07/2022.

Assim, convictos de nossas ações acadêmicas e cidadãs, nos posicionamos - academicamente - ao lado daqueles que sofrem as injustiças na busca de sua superação, e que, através de nossas pesquisas, possam se apropriar de dados e informações que produzimos e da educação ambiental para a justiça que buscamos praticar, na superação das injustiças.

O Observatório do Extremo sul do Brasil e Uruguai e os Conflitos

Na constituição do observatório dos conflitos do extremo sul do Brasil (2011), partimos das contribuições da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, do mapeamento e reflexões do Observatório dos Conflitos Urbanos do Rio de Janeiro e do GESTA (Minas Gerais). Os conflitos nos indicam a não concordância de inúmeros atores sociais, seja contra a apropriação desigual da riqueza, das terras e contra políticas públicas que os prejudicam.

Na cidade do Rio Grande e região¹², a persistência da desigualdade ambiental e social motivou a emergência dos conflitos, mas também, as políticas públicas indutoras de mega-empresendimentos, a ampliação do porto (devido ao polo naval), duplicação de estradas, as grandes empresas de agronegócio vinculadas à produção de arroz, soja, *pinus* e outras atividades extrativistas o semimanufaturadas (Machado et al., 2015). No Uruguai, as mobilizações contra a “minería a cielo abierto”, entre 2011 a 2015, proposta pela empresa Aratiri em conluio com o governo progressista, motivaram “una vasta resistència” na defesa dos “territórios e de sus tradiciones” por parte dos povoadores e regiões do país, até que, em 2015, o governo sustou o projeto¹³, o que nos motivou o estudo deste conflito.

Ao identificarmos, pelos conflitos, os problemas que as populações ou grupos injustiçados vivem os denunciemos via pesquisas, Paralelo 30, JornalECO, livros, artigos, atividades de extensão, e como cidadãos/cidadãs junto e com eles/as em atividades públicas. Também vimos nos dedicando a pesquisar metodologias apropriadas em sintonia com a perspectiva de uma educação para a justiça ambiental. Na extensão, buscamos materializar essa perspectiva junto com os grupos e coletivos via ação coletiva e solidária a serviço dos protagonistas principais: aqueles que vivem impactados pelos empreendimentos extrativistas, remoções, exploração, contaminação etc. E também todos/as que desejam desenvolver ações na educação ambiental numa perspectiva diferente da tradicional tanto na pesquisa, como na extensão e no ensino.

Na atualidade, desenvolvemos dois projetos de pesquisa que se estenderão até 2024. Um deles relacionado ao mapeamento dos conflitos¹⁴ e à produção acadêmica sobre os temas indicados pelos mesmos, portanto, dos problemas que as populações e grupos sociais que estão lutando indicam em suas manifestações públicas; e problematizando as justificativas/argumentos acadêmicos usados pelos

¹² Los 10% más ricos en sur de Brasil se apropian de cuasi 50% de la riqueza producida en los últimos 20 años (IDH e otros indicadores) (MACHADO, et al, 2013).

¹³ [Http://www.observatorio-minero-del-uruguay.com/2015/03/requiem-para-el-pap/](http://www.observatorio-minero-del-uruguay.com/2015/03/requiem-para-el-pap/), acceso feb. 2015.

¹⁴ Etapa 2 e 3 PROJETO: Os Conflitos socioambientais no sul do Brasil e Uruguai e a produção acadêmica: Contribuições e contradições na superação da desigualdade socioambiental.

que causam as injustiças para a defesa de sua atividade, negócio, crime etc. O segundo projeto¹⁵ refere-se à educação ambiental que é desenvolvida nas duas regiões, e de um lado também a produção acadêmica neste campo, assim como a conexão ou não destas ações com os problemas que as pessoas estão vivendo indicadas pelos conflitos e as alterações climáticas.

Alguns temas específicos, e de forma mais aprofundada, são foco de estudos de doutorado e de mestrado: Racismo Ambiental e conflitos na cidade do Rio Grande; as contaminações das águas no Brasil e no Uruguai; os conflitos de Fronteira e a EA em ambos os países, como parte daqueles 2 projetos macro desenvolvidos pelo observatório e vinculados ao PPGEA/FURG (2022-2024).

Educação para a justiça ambiental: nossa perspectiva na pesquisa e na extensão

Ao identificarmos quem está se mobilizando (demandantes), o tema de sua luta/injustiça (demanda) e quem está causando (os demandados), ou sendo negligente na solução do problema motivador da mobilização social (da injustiça), identificamos os atores em relação conflitiva (os lados em controvérsia); mas também identificamos aí um processo educativo decorrente da mobilização social, pelo debate na solução do problema e na identificação dos seus causadores (no lado dos injustiçados).

As nossas pesquisas e atividades de extensão, tanto no Brasil como no Uruguai, sustentam esta reflexão, a qual decorre de nossas atividades no Observatório dos conflitos¹⁶, via mapeamento dos conflitos ambientais e urbanos, que realizamos na região brasileira desde 2011 - através do acompanhamento diário de periódicos/jornais até 2015 (identificando demandantes, demandas e demandados) em 11 municípios desta região; no Uruguai, em 2015; e em Portugal/Porto, em 2018. Em 2021, começamos a atualização dos dados da região do extremo sul do Brasil e do leste do Uruguai referente a conflitos nos anos de 2018 a 2021, cuja primeira etapa concluiremos em fins de dezembro de 2022.

No campo da pesquisa acadêmica, produzimos teses de doutorado (Santos, 2016; Passos, 2018, Pensado, 2020, Pieper, 2021), de mestrado (Oliveira, 2016; Puccinelli, 2016; Salles, 2017; Castro, 2017; Silva, 2017; Velho, 2018; Rodrigues, 2020; Farherr, 2021, Barbosa, 2021) e publicamos artigos, relatos, reflexões, sempre dialogando sobre a relação dos conflitos com a educação ambiental. Tanto na pesquisa como nas atividades de extensão, buscamos refletir **desde, com e para** uma educação para a justiça ambiental.

Na extensão, desenvolvemos atividades no Brasil e no Uruguai, como, por exemplo, o curso de Educação para a justiça ambiental em 2021¹⁷, assim como no

¹⁵ Etapa 2 e 3 do PROJETO: A Educação Ambiental no extremo sul do Brasil e leste do Uruguai: Contribuições e limites à educação para a justiça socioambiental.

¹⁶ Sítio na internet: <https://observatorioconflitosextemosul.furg.br/>.

¹⁷ https://observatorioconflitosextemosul.furg.br/images/31_03_21_Abertura_Curso_EA_p_Justia_Ambiental_FURG_PPGEA_Observatorio.pdf, acesso 22/05/2022.

Uruguai em 2020 sobre uma pedagogia dos conflitos¹⁸, visando ações de capacitação junto aos grupos e coletivos que desenvolvem atividades contra as injustiças e a desigualdade que vivem ou que outros/as sofrem, causadas por empresas, empreendimentos e atividades produtivas.

No que se refere ao processo educativo no estudo dos conflitos, identificamos o diálogo entre os impactados negativamente pela mineração (Aratirí/Uruguai e São José do Norte/Brasil) unidos contra os consultores, a empresa, governo e parlamentares; constatamos que o discurso de uma gestão “progressista” do Porto e empreendimentos navais em Rio Grande tinha na sustentabilidade do capitalismo suas motivações principais (Santos, 2016); e também de que foi em nome do tal desenvolvimento que gestores públicos, empresas e consultorias ambientais destruíram uma escola, mataram pessoas, fauna e flora em Rio Grande (Oliveira, 2016); ou ainda que envenenam lagoas, rios e populações em nome do agronegócio (Taim, Rio Grande, Puccinelli, 2016) ou contaminam crianças e escolas pelos arrozais (Pensado, 2020); ou que uma mineradora contamina águas, crianças e indígenas em La Guajira/Colômbia (Fernandez, 2016) ou que a Indústria de Petróleo/REDUC (na Baixada Fluminense/Brasil) em nome do lucro contamina as populações da região (Salles, 2017).

As empresas, assim como os governos que as apoiam, usam a educação ambiental para produzir o consenso, e, quando falham, usam da coerção e da morte dos que se levantam contra tais projetos. Disso emergiu em nossas pesquisas – a partir e desde os problemas e conflitos - a ideia de uma educação para a justiça ambiental como contraponto no espaço acadêmico. Isto porque os problemas e conflitos urbanos e ambientais explicitam uma materialidade relacional desigual e injusta entre os humanos e destes com a natureza em contradição à educação ambiental dominante que abstrai o conflito na busca do consenso e da harmonia social. Assim, pensar uma educação para a justiça somente poderia ser **desde, a partir e com** aqueles que estão a ser injustiçados e impactados negativamente, desde as desigualdades e as necessidades concretas dos que estão a lutar contra os efeitos de tais projetos desenvolvimentistas.

Como dissemos acima, do presente ano até 2024, estaremos envolvidos em duas pesquisas que tiveram início em 2021, e nas quais os autores estarão envolvidos até fins de dezembro de 2022, quando sua continuidade será realizada por parte deles/as, enquanto outros se dedicarão a suas pesquisas específicas. Nesta parte, iniciamos com mais detalhes desta pesquisa macro e depois detalhes de algumas pesquisas específicas em desenvolvimento

¹⁸ <http://www.fvet.edu.uy/index.php/novedades/noticias/4051-curso-pedagogia-de-los-conflictos-ambientales>, acesso 22/05/2022.

Nossas pesquisas e a educação ambiental

A Educação Ambiental e os Conflitos no extremo sul do Brasil e leste do Uruguai

O projeto que está mapeando os problemas sociais, urbanos e ambientais desde 2021 desenvolve-se através da identificação do dia a dia de reportagens/notícias de conflitos e problemas sociais, ambientais e urbanos, em quatro jornais/periódicos (*El País* e *La Diária*, do Uruguai; e *Jornal Agora* e *Diário Popular*, do Brasil) que ocorreram na região brasileira e no leste do Uruguai (Rocha e Maldonado) de 1 jan. de 2018 a 31 dez. de 2021.

Cada conflito e também os problemas indicados pelas reportagens/notícias serão catalogados em fichas com dados e informações num banco de dados, e a totalidade dos mesmos será organizada em séries históricas por país, locais e temas, visando possibilitar uma visualização ampla das injustiças da e na região. Ao final do ano, portanto, teremos relacionados os problemas que vivem e sofrem grupos sociais e coletivos, populações e natureza de 2018 e 2019, portanto dois anos antes da pandemia; e 2020 e 2021, dois anos durante a pandemia. Essas informações orientarão nossas pesquisas e ações cidadãs na região.

O segundo projeto, articulado ao *Núcleo Interdisciplinario Educación Ambiental desde el Este*¹⁹(CURE/Rocha e Maldonado), está a mapear a educação ambiental desenvolvida nas duas regiões. Iniciamos via internet na parte do Uruguai e agora estamos para concluir a parte da região brasileira até fins de dezembro de 2022. Ao mesmo tempo, estamos organizando reportagens e notícias no observatório sobre atividades, ações, grupos e projetos de EA e de conflitos, visando ampliar e atualizar o banco de dados. Realizadas até dezembro tais ações, iremos checar as informações, a partir de dados públicos, sobre *que educação ambiental desenvolve, por que e como*, assim como *os temas foco de cada grupo e/ou coletivo*, a partir de 2023. Após tal etapa, avançamos na pesquisa para identificar o debate dos temas que tais grupos estão envolvidos com a produção acadêmica e do/no debate do campo da educação ambiental nos dois países, correlacionando aquela ação dos grupos e coletivos com os problemas (identificados nos conflitos), assim como com a produção acadêmica²⁰.

Racismo Estrutural e Ambiental na cidade do Rio Grande: as raízes e fundamentos da Injustiça Socioambiental

Este projeto de pesquisa submetido ao Programa de Pós-Graduação em

¹⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=1F2xGjdvIrM>, ver apresentação do Núcleo, in 254/05/2022.

²⁰ Estão neste projeto os autores deste trabalho.

Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, na categoria de Tese, tem como tema a Injustiça Ambiental e o Racismo Ambiental na cidade de Rio Grande- RS na atualidade, condicionados/desenvolvidos/mantidos pelo Racismo Estrutural (Almeida, 2018). A tese busca identificar e discutir as raízes, os fundamentos históricos e justificações de sua existência e persistência secular no país e na cidade. Tal projeto é desenvolvido por um dos autores, homem Preto, nascido e residente na cidade do Rio Grande, historiador de formação, ativista do Movimento Negro, que vive e desenvolve suas atividades dentro de um contexto de Injustiça Ambiental potencializado pelo Racismo Ambiental.

A tese objetiva discutir a Injustiça Ambiental, o Racismo Ambiental e suas relações, as quais têm, como base de desenvolvimento e manutenção, o processo de Racismo Estrutural, na cidade do Rio Grande. Para tanto, identifica os atores sociais, as relações e os processos que configuram/fundamentam/justificam o contexto atual de injustiça e racismo ambiental na cidade e região, suas raízes e fundamentos, para disso refletir sobre as possibilidades de uma Educação Ambiental para a Justiça Ambiental que também seja Anti-Racista!

Para seu desenvolvimento, então, identifica onde vivem os Pretos na cidade do Rio Grande em 2020/2021, suas ocupações (renda) e as mortes que sofreram pela COVID19, visando comprovar a existência do Racismo Ambiental. Tal objetivo geral avança e aprofunda estudos preliminares históricos em suas relações com o desenvolvimento e a manutenção do racismo estrutural, consolidado na cidade no período entre 1737 e 1888. Ao retornarmos ao presente, sustentar-se-á a tese da existência do racismo ambiental na cidade do Rio Grande, a qual tem na história oficial a imposição de uma visão na qual os negros, os pretos, os indígenas, os pobres e injustiçados são detalhes de rodapé ou invisibilizados, preteridos diante da “cidade portuguesa com certeza”, militarista e gerida pelos e/ou em nome dos ricos e poderosos deste e neste espaço.

Os conflitos urbanos, sociais e ambientais de e na fronteira

Na região da fronteira noroeste do estado do Rio Grande do Sul, demonstrouse, através da pesquisa de mestrado (Rodrigues, 2020), a existência de um contexto conflitivo. Entre os anos de 2014 e 2017, foram registradas 54 manifestações de conflitos, com destaque para aquelas ligadas à luta de trabalhadores. Em relação ao meio ambiente, dois conflitos se apresentaram: as enchentes urbanas na cidade de Santa Rosa e a luta contra a implementação do complexo de barragens Garabi/Panambi. Em pesquisa de doutorado, pretende-se ampliar tal estudo, assim como identificar conflitos de fronteira no extremo sul do Brasil e no Uruguai.

No estudo anterior, os dois conflitos socioambientais destacados evidenciam a desigual apropriação do meio ambiente e a presença de relações de injustiça neste processo (tanto historicamente, como no presente) na região brasileira. Assim como, após analisar os discursos dos grupos envolvidos na luta pela justiça ambiental em ambos os casos, tornou-se nítida a importância da aprendizagem coletiva no processo de mobilização, assim como a existência de uma utopia conjunta entre os sujeitos no que diz respeito aos seus territórios. Estas utopias apresentam-se como fundamentais para se pensar uma educação ambiental que seja

pautada a partir dos sujeitos envolvidos na luta contra as injustiças.

O objetivo da pesquisa atualmente consiste em discutir a injustiça ambiental em duas distintas áreas de fronteira. A região da fronteira com o Uruguai, no extremo sul do Brasil, apoiando-se no mapeamento que, conforme já mencionado neste artigo, está sendo realizado em conjunto pelos pesquisadores nesta região. E a outra uma expansão do mapeamento na região da fronteira noroeste, para além do território brasileiro, abrangendo a região da Argentina subjacente a ela (província de Misiones).

Em ambas as regiões, projeta-se realizar o mapeamento e a identificação dos grupos para posterior contato, coleta e análise dos discursos dos grupos envolvidos na luta socioambiental em seus territórios. Esta ampliação de horizontes além fronteiras supomos que permitirá entender os contextos desiguais e injustos em territórios que abarcam três nações, possibilitando refletir sobre a educação ambiental para além da questão local, porém sem abstrair-se da relação material com os territórios.

Água, conflito e injustiças no Brasil e no Uruguai

A pesquisa que está em andamento no mestrado está inserida no trabalho mais amplo do Observatório dos Conflitos do Extremo Sul, uma vez que parte dos problemas e conflitos socioambientais evidenciados no mapeamento dos jornais feitos pelo grupo de pesquisadores. O interesse nesta pesquisa são os conflitos relacionados à água, como a contaminação, as diferentes apropriações de uso etc., na bacia da Lagoa Mirim, tanto no lado brasileiro quanto uruguaio, no período de 2018 até 2021. Após o mapeamento e registro desses conflitos de acordo com a metodologia que utilizamos, serão identificados os demandantes (quem está se mobilizando) para, a partir daí, entender quais as contribuições e contradições das ações de resistência e lutas desses grupos para uma educação ambiental para a justiça ambiental.

No espaço de fronteira da região do extremo sul do Brasil e o leste do Uruguai – devido à existência de banhados, lagoas, rios etc. – a água desempenha um papel complexo, não apenas de subsistência, mas de formação identitária das populações locais, como se pode perceber em trabalhos como o de Puccinelli (2016). Assim como a relação com os cursos d'água, a desigualdade socioambiental é outro fator que faz parte da formação deste espaço, como aponta o trabalho de Silva (2017). Portanto, a Bacia da Lagoa Mirim (BLM), localizada entre o Brasil e o Uruguai, poderia ser vista como um microcosmo da problemática que se apresenta ao redor do planeta, e se faz interessante para este estudo na educação ambiental.

Considerações finais

Partimos do pressuposto, sustentado teoricamente nas pesquisas referidas, que há/existe uma materialidade relacional desigual e injusta, que os conflitos e problemas identificados nas denúncias/reportagens e pelas manifestações públicas

estão a indicar que alguém, um grupo social ou uma comunidade, está sendo injustiçada. Tal injustiça decorre da apropriação desigual da riqueza, dos usos e apropriação da terra e das instituições públicas tendem/pendem aos causadores (demandantes), e ainda, legitimadas por acadêmicos ou por sua “neutralidade” em estudos ou pesquisas que realizam.

Em contraposição aos pesquisadores deles, a seus argumentos e justificações à injustiça, argumentamos ser pertinente uma ação acadêmica na busca da justiça. Assim, no espaço acadêmico, nossas atividades de mapeamento identificam o problema/tema e os envolvidos nessas relações conflitivas; os discursos dos grupos sociais em pugna e o aprofundamento/continuidade seguem na busca de dados e estatísticos sobre o tema (ex. contaminação das águas, racismo ambiental, impactos climáticos, políticas públicas de educação ambiental, história dos conflitos ambientais, experiências alternativas desde abaixo, etc.). O conjunto desse material pode subsidiar aos que lutam contra tais injustiças bem como compor reflexões no espaço acadêmico.

Disso, nossa análise e interpretação problematiza os argumentos científicos das justificações à injustiça e à desigualdade desde os fundamentos da educação ambiental e via extensão universitária, buscamos desenvolver ações de contato, apoio, assessoria e cursos de educação ambiental *junto, com e pelos próprios* injustiçados, visando o fortalecimento de suas lutas e ações. Com a conclusão da etapa 1 (2021/2022), que mapeou os problemas e conflitos diversos, por ano e em cada país, até fins de 2022, teremos continuidade nos anos seguintes na problematização das pesquisas acadêmicas justificadoras das injustiças, assim como ações de extensão junto aos injustiçados em 2023 e 2024.

Os conflitos, portanto, de um lado, são indicadores da disputa pela riqueza produzida, das terras/territórios, das águas, minérios, etc., mas também, sobre quem cairão os impactos negativos de projetos e empreendimentos que empresas e governos buscam desenvolver. De outro, são mote as mobilizações assim como de estudos, no nosso caso enquanto processo educativo, de anuência/convencimento das populações em aceitarem as injustiças ou, ao contrário, podem ser de resistência pelos injustiçados. Foi disso que, ao estudarmos a educação ambiental dos dominantes (empresas e governos), tendo por pressuposto a desigualdade já existente, emergiu a necessidade de pensarmos “outra” educação ambiental.

Então, se na educação ambiental dominante predomina a uniformidade, a homogeneidade, a concordância e o consenso para manter a desigualdade e a injustiça; uma educação para a justiça deveria ser dialógica e crítica, deveria partir dos problemas e conflitos como tema gerador (Bica, 2017) na identificação da materialidade desigual e injusta no uso, apropriação e significação da natureza/território e das causas e dos causadores da injustiça ambiental, para juntos construir **com, a partir e pelos** envolvidos a superação de tal situação e realidade desigual. Para isso necessitamos de uma pedagogia e ação educativa desde, com e pela ação dos oprimidos (Machado & Machado, 2018), as quais buscamos, em nossa ação acadêmica e cidadã, ajudar a construir a superação das injustiças existentes.

Referencias

- Acsegrad, H. (2004) Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.
- Acsegrad, H., Mello, C.C.A.; Bezerra, G.N. (2009) O que é JUSTIÇA AMBIENTAL. Rio de Janeiro: Garamond.
- Almeida, S. L. D. (2018) O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento.
- Barbosa, A.L.O. (2021) Discursos ambientais e a legitimação das remoções em Rio Grande/RS: um estudo de caso do projeto de revitalização da orla do Saco da Mangueira [Dissertação de mestrado, FURG/PPGEA] Rio Grande.
- Bica, E.G (2017). Los conflictos ambientales como temas generadores en procesos de extensión y educación (ambiental) crítica en. el medio rural, trabajo de conclusión del. Curso Políticas Públicas, Medio Ambiente e Extensão Rural [Maestría educación e Extensión Rural, Facultad de Veterinaria, Udelar].
- Camargo, J. (2018) Manual de Combater as Alterações Climáticas. Lisboa: Edições Partisal.
- Castro, A.J.F (2017). La construcción de la infancia Wayúu víctima en la Guajira (Colômbia): el discurso colonial que justifica el extractivismo [Dissertação de mestrado, FURG/PPGEA].
- Farherr, R.M (2021). Contaminação no extremo sul do Brasil e leste uruguaio, ontem e hoje: agronegócio, conflitos e educação ambiental [Dissertação de mestrado, FURG/PPGEA].
- Horton R. (2020) Offline: COVID-19 is not a pandemic. *Lancet*. 2020; **396**: 874. [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)32000-6/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)32000-6/fulltext)
- Latour, B. (2021). Onde estou? - Lições do confinamento para uso dos terrestres. 1a ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Lefebvre, H. (1973) A produção e a re-produção das relações sociais de produção. Portugal: Scorpião.
- Lefebvre, H. (2013) La producción del espacio. España: Capitán Swing.
- Machado, C.R.S. & Machado, T.F (2018). O lobo (o opressor) em pele de cordeiro entre nós (os desiguais e diferentes): Os conflitos em Paulo Freire como contribuição aos processos educativos e produtivos. REMEA *Revista do Mestrado em Educação Ambiental*, FURG/Rio Grande, edição especial Paulo Freire. <https://www.seer.furg.br/remea>.
- Machado, C.R.S., Santos, C.F., Araujo, C.F; Passos, W.V. (2013) Conflitos Ambientais e Urbanos: debates, lutas e desafios. 1ª ed. Porto Alegre: *Evangraf*, v. 1.
- Machado, C.R.S. (2018) Las implicaciones de los conflictos socioambientales para las

ciencias sociales. In: Ruscheinsky, A.; Calgaro, C.; Weber, T. (Org.). *Ética, direito socioambiental e democracia*. 1ª ed. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias EDUCS, , v. 1, p. 79-83.

- Machado, C.R.S. & Moraes, B.E. (2016). Os conflitos como momento de ruptura da hegemonia: Contribuições à sociologia e à educação ambiental a partir de Henri Lefebvre. *Revista NORUS*, Volume 4. <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/view/9246>.
- Machado, C.R.S.; Santos, C.F. & Mascarello, M.A. (2015) (org.). *Conflitos Ambientais e urbanos – casos do extremo sul do Brasil*. Porto Alegre: EVANGRAF.
- Machado, C.R.S.; Santos, C.F.; Segura, A.; Neto, F.Q. V.; Varela, L.; Silva, M.J.; Barcellos, S.B.; Loris, A.A.R.; Gerhardt, C.; Leite, I.; Silva, R.A.; Fleury, L.C.; Rosa, G.K.; Silva, R.H.; Silva Filho, C.B.; Santos, C.; Perez, F.; Gabin, N.E.F.; Thompson, D.; Delbene-Lezama, L. (2018) (Org.). *Conflitos ambientais e urbanos: pesquisas e resistências no Brasil e Uruguai*. Rio Grande: Editora FURG.
- Machado, C.R.S.; Santos, C.F.; Moraes, B.; Oliveira, C.; Puccinelli, V.; Passos, W.V.; Machado, T.F. (2021) (Org.). *Conflitos ambientais e urbanos [recurso eletrônico]: Por uma educação para a justiça ambiental*. 1ª ed. Florianópolis SC: Tribo da Ilha. v. 4. 206p.
- Oliveira, C.L.F (2016). *No meio do caminho tinha uma escola: a injustiça ambiental decorrente da duplicação da BR-392 (Pelotas - Rio Grande, RS) [Dissertação de mestrado, PPGEA/FURG]*.
- Passos, W.V (2018). *Revolução Estética e Educação Ambiental: Uma proposta de oposição ao fetichismo, à alienação e à ideologia capitalista [Tese de doutorado, FURG/PPGEA]*.
- Pensado, S.X.G (2020). *Observatorios Socio-Ambientales desde las Escuelas Rurales de Uruguay: una herramienta para la Educación y la Justicia Ambiental [Tese de doutorado, FURG/PPGEA]*.
- Pieper, D. *Sustentabilidade, Desenvolvimento, Educação Ambiental e a Universidade na Transição Paradigmática da Modernidade. Uma Análise Crítica do Embargo às Obras do Campus Carreiros – FURG/PROGRAMA REUNI 2013 [Tese de doutorado, FURG/PPGEA] 2021*.
- Puccinelli, V.R (2016). *Educação ambiental e o participativismo autoritário da preservação: o caso da estação ecológica do Taim e a ecologização dos moradores da vila da Capilha [Dissertação de Mestrado em Educação Ambiental, PPGEA - FURG]*.
- Rodrigues, H.R.S (2020). *Os rios da fronteira noroeste do Rio Grande do Sul: conflitos e discursos como contribuição à educação ambiental, [Dissertação de Mestrado em Educação Ambiental, PPGEA – FURG]*.
- Salles, L (2017). *Mulheres, Educação Ambiental e as lutas por justiça ambiental na Baixada Fluminense (RJ) [Dissertação de mestrado, PPGEA/FURG]*.
- Santos, C.F (2016). *O porto e a desigualdade ambiental em Rio Grande (RS/Brasil):*

a educação ambiental na gestão "empresarial dos riscos sociais" e "social do território" [Tese de Doutorado, PPGEA/FURG].

Silva, E.R (2017). O mito justificador da injustiça ambiental no extremo sul do Brasil: introdução ao estudo dos primeiros 100 anos da cidade do Rio Grande [Dissertação de Mestrado em Educação Ambiental, PPGEA – FURG].

VELHO, J.P.L (2018). A Educação Ambiental na sustentabilidade do Agronegócio: O caso da Bunge no extremo sul do Brasil [Dissertação de Mestrado em Educação Ambiental, PPGEA – FURG].

Nota del editor: Uma versión modificada de este trabajo fue presentada en el XVI *Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental* - EDEA /FURG 2022 por parte de los autores.